

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.781.827 - RN (2018/0309765-8)**

**RELATORA** : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**RECORRENTE** : AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A  
**ADVOGADOS** : ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO E OUTRO(S) -  
PE023255  
LEONARDO ZAGO GERVASIO - RN000583A  
**RECORRIDO** : EDMILSON OLINTO DA SILVA  
**ADVOGADOS** : PEDRO AVELINO NETO - RN000855  
ALISSON PETROS DE ANDRADE FEITOSA - RN008657

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado  
(fl. 406, e-STJ):

CONSUMIDOR, CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO  
CÍVEL. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C  
INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. PLANO  
DE SAÚDE. TRATAMENTO PSIQUIÁTRICO. NECESSIDADE  
DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR. CLÁUSULAS  
CONTRATUAIS LIMITADORAS DO PERÍODO DE TEMPO DA  
INTERNAÇÃO. ABUSIVIDADE CONFIGURADA. NULIDADE.  
INCIDÊNCIA DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.  
RESCISÃO CONTRATUAL. SÚMULA 302 DO SUPERIOR  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA. OBRIGAÇÃO DO PLANO DE  
SAÚDE DE PAGAR O TRATAMENTO MÉDICO DO PERÍODO  
DE INTERNAÇÃO REMANESCENTE. DANO MATERIAL  
DEMONSTRADO. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO.  
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FIXAÇÃO NO MENOR  
PERCENTUAL LEGAL. RAZOABILIDADE. MANUTENÇÃO  
DA SENTENÇA QUE SE IMPÕE. RECURSO CONHECIDO E  
DESPROVIDO.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 434/442, e-STJ).

Em suas razões, a recorrente alega violação aos arts. 16, VIII, da Lei 9.656/98; 51, IV, e 54, §§ 3 e 4º, do Código de Defesa do Consumidor.

Alega, em síntese, a legalidade da cláusula que estabelece coparticipação em internação para tratamento psiquiátrico após o decurso de trinta dias de tratamento.

Foram apresentadas contrarrazões às fls. 462/471, e-STJ.

O recurso foi admitido na origem, nos termos da decisão de fl. 473, e-STJ.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

A Súmula nº 568, desta Corte, dispõe que “relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema”.

As apontadas contrariedades aos arts. 16, VIII, da Lei 9.656/98; 51 e 54, §§ 3º e 4º, do Código de Defesa do Consumidor merecem provimento, pois o acórdão recorrido vai de encontro à jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, conforme se depreende da leitura do seguinte trecho (fls. 408/412, e-STJ):

Impende esclarecer, de início, que os contratos de plano de saúde se submetem ao Código de Defesa do Consumidor (art. 3º, § 2º), conforme disposição da Súmula 469 do Superior Tribunal de Justiça. Em razão disso, as cláusulas do contrato devem respeitar as formas de elaboração e interpretação contratual previstas na lei consumerista.

Compulsando os autos, verifica-se que o plano de saúde cobriu os primeiros trinta dias de internação do autor na Clínica Santa Maria, negando autorização à permanência do paciente por período superior, ainda que a médica responsável tenha constatado a necessidade de mantê-lo em unidade hospitalar, o que gerou o impasse entre as partes e culminou com a cobrança ao autor do valor de R\$ 7.240,39 (sete mil, duzentos e quarenta reais, trinta e nove centavos).

Todavia, tais cláusulas limitadoras devem ser consideradas abusivas e revestidas de nulidade, não podendo a operadora de plano de saúde, segundo previsão contida no artigo 51, inciso IV, do Código de Defesa do Consumidor, impor obrigações abusivas que coloquem o consumidor, parte hipossuficiente da relação de consumo, em manifesta desvantagem, em observância ao princípio da boa-fé entre as partes.

Ao estabelecer cláusulas com o objetivo de restringir procedimentos médicos, o plano de saúde apelante está frustrando a expectativa legítima da prestação dos serviços almejados, em desobediência à prescrição médica, ameaçando, inclusive, o próprio objeto contratual, que é o fornecimento do serviço de saúde.

O enunciado da Súmula nº 302 do Superior Tribunal de Justiça sustenta a abusividade da cláusula que limita o tempo de internação hospitalar (verbis):

"É abusiva a cláusula contratual de plano de saúde que limita no tempo a internação hospitalar do segurado."

(...)

Sendo assim, incontroversa a necessidade do tratamento psiquiátrico e do acompanhamento médico, bem como a condição de usuário (ou dependente) do plano de saúde, a operadora não poderia ter negado o atendimento e internação necessários ao tratamento e restabelecimento da saúde do paciente, nem tampouco promover limitação temporal de internação.

Desse modo, há que ser mantida a rescisão do contrato, conforme solicitado na inicial, bem como a condenação do plano de saúde apelante na obrigação de pagar a quantia relativa ao período remanescente de internação, que perfaz R\$ 7.240,39 (sete mil, duzentos e quarenta reais, trinta e nove centavos), a título de danos materiais.

Com efeito, destaco que é assente perante a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça que não se configura abusiva a cláusula expressa que estabelece coparticipação para a hipótese de internação superior a 30 (trinta) dias, decorrente de transtornos psiquiátricos, visto que ínsita à manutenção do equilíbrio entre as prestações e contraprestações relacionadas à gestão de custos do contrato de plano de saúde.

Ressalto, ainda, que é entendimento pacífico que a referida cláusula de coparticipação "é hipótese sensivelmente distinta daquela em que há cláusulas de restrição absoluta de cobertura de internações que extrapolam o prazo contratado" (AgInt no AREsp 774.936/DF, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/9/2016, DJe 21/9/2016).

Nesse sentido, cito os seguintes julgados desta Corte:

RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. INCIDÊNCIA DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. SISTEMA DE COPARTICIPAÇÃO. PREVISÃO CONTRATUAL CLARA E EXPRESSA. ABUSIVIDADE. INEXISTÊNCIA.

1. Demanda em que se pretende o reconhecimento de abusividade de cláusula contratual que estabelece a coparticipação do consumidor após o trigésimo dia de internação.

2. O Tribunal de origem, ao decidir a questão devolvida, declinou de forma expressa todos os fundamentos que lhe serviram de razão de

decidir, não havendo omissão nos termos do art. 535 do CPC.

3. A legislação especial admite a configuração de planos de saúde com cláusula de coparticipação, inclusive para todos os procedimentos utilizados (art. 16, VIII, do CDC), desde que contratados de forma clara e expressa.

4. A imposição de interpretação mais favorável ao consumidor, bem como o sistema de proteção contra abusividade não correspondem à proibição genérica de limitações dos direitos contratados.

5. Atendido o direito de informação, mediante a redação de forma clara e expressa da cláusula limitativa, bem como mantido o equilíbrio das prestações e contraprestações, não há que se cogitar de abusividade.

6. A redução dos custos assumidos pelas operadoras de plano de saúde, por meio da formatação de diversos contratos disponibilizados no mercado, resultam em contraprestações igualmente inferiores, devendo prevalecer a autonomia da vontade, mantendo-se o sinalagma contratual e protegendo-se as legítimas expectativas de ambos os contratantes.

7. Recurso especial provido.

(REsp 1511640/DF, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 2/6/2015, DJe 18/6/2015)

DIREITO CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS E COMPENSAÇÃO DE DANOS MORAIS. PLANO DE SAÚDE. CLÁUSULA DE COPARTICIPAÇÃO. LEI 9.656/98. POSSIBILIDADE. PREVISÃO CONTRATUAL EXPRESSA. DANO MORAL NÃO CARACTERIZADO.

1. Ação ajuizada em 11/12/2012. Recurso especial concluso ao gabinete em 28/09/2016. Julgamento: CPC/1973.

2. Cinge-se a controvérsia a definir a legalidade de cláusula, em contrato de assistência médica, que impõe coparticipação do contratante à razão de 50% (cinquenta por cento) do valor das despesas, após o período de 30 (trinta) dias de internação para tratamento psiquiátrico.

3. O recurso especial não ultrapassa o conhecimento pelo fundamento da alínea "c" do art. 105, III da CF/88, uma vez que a recorrente não embasou seus argumentos em dissídio jurisprudencial, tampouco colacionou acórdãos que demonstrassem divergência.

4. A lei especial que regulamenta a prestação dos serviços de saúde autoriza, expressamente, a possibilidade de coparticipação do

contratante em despesas médicas específicas, desde que figure de forma clara e expressa a obrigação para o consumidor no contrato.

5. O acórdão recorrido diverge do entendimento deste órgão julgador, no sentido de que "não é abusiva a cláusula de coparticipação expressamente contratada e informada ao consumidor, para a hipótese de internação superior a 30 (trinta) dias decorrentes de transtornos psiquiátricos, pois destinada à manutenção do equilíbrio entre as prestações e contraprestações que envolvem a gestão dos custos dos contratos de planos de saúde". Precedentes.

6. Afasta-se a condenação de compensação por danos morais quando não caracterizada qualquer infração contratual, como na hipótese.

7. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido. (REsp 1635626/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 2/2/2017, DJe 16/2/2017)

Em face do exposto, dou provimento ao recurso especial para julgar improcedentes os pedidos e, assim, permitir a cobrança da coparticipação da parte autora nos termos do contrato.

Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, os quais fixo em 10% sobre o valor da causa, nos moldes do previsto pelo artigo 85, § 2º, I a IV, do Código de Processo Civil, observada a suspensão de que trata o § 3º do art. 98 do CPC, em razão do benefício da gratuidade da justiça que foi deferido ao autor.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

**MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
Relatora